

Luxemburgo, 13 de junho de 2024



O abaixo-assinado LEONARD Pascal, tradutor ajuramentado junto do Tribunal Superior de Justiça do Luxemburgo por decreto ministerial de 15 de Fevereiro de 2006, nos termos da Lei de 7 de Julho de 1971, certifica pela presente que a tradução dos documentos em anexo correspondem em conteúdo e em forma à versão original apresentada e com base na qual a presente tradução foi realizada.

☞ Em caso de litígio prevalece a versão original.

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD
13 -06- 2024
LEONARD Pascal
Tradutor Ajuramentado

Léonard Pascal
84, rue Charles Darwin
L-1433 Luxembourg

Tél. 352 621 30 85 84
pascal.leonard@abc.lu



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG
Ministère des Affaires étrangères
et européennes

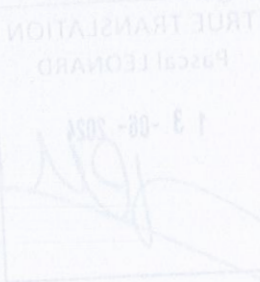
APOSTILLE

(Convention de la Haye du 5 octobre 1961)

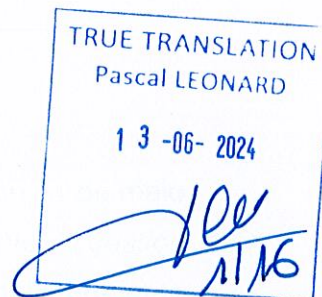
1. Pays: Grand-Duché de Luxembourg
Le présent acte public
2. a été signé par **LEONARD, Pascal**
3. agissant en qualité de **Traducteur**
4. est revêtu du sceau/timbre de **Traducteurs**
- Attesté
5. à Luxembourg
6. le **VENDREDI 14 JUIN 2024**
7. par Ministère des Affaires étrangères et européennes
8. sous no. **V-20240614-530838**
9. Sceau / timbre
10. Signature



**Mario Wiesen, Préposé du Bureau des
Passports, Visas et Légalisations**



Cópia conforme ao original
12 DE JUNHO DE 2024
Senhor Gilles MATHAY
Notário em Luxemburgo.
[Assinatura + Selo]



ALPHARISE INVESTMENTS SPF, S.A.

Société anonyme [Sociedade Anônima]

Sede social: 63-65, rue de Merl,

L-2146 Luxemburgo

Número:

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE DO 12 DE JUNHO DE 2024

No ano de dois mil e vinte e quatro, aos doze dias do mês de junho.

Perante Maître **Gilles MATHAY**, notário, residente em Luxemburgo (Grão-Ducado do Luxemburgo)

COMPARECEU:

- Sr. Darwin HENRIQUE DA SILVA FILHO, nascido em 22 de maio de 1991 em Recife, Brasil, residente na Av. Boa Viagem 02554, Ed. Luiz Ignacio Apt 901.51020- 000 Recife, Brasil, aqui representado pela Sra. Sophie BECKER, notária, residente profissionalmente em Luxemburgo, em virtude de uma procuração outorgada em 3 de junho de 2024.

Após a assinatura *ne varietur* pelo representante autorizado da parte comparecente e pelo notário abaixo assinado, a procuração permanecerá anexada a esta escritura para ser registrada com ela.

Tal parte comparecente, agindo na qualidade acima mencionada, solicitou ao notário abaixo assinado que declare o seguinte contrato social de uma sociedade pública limitada por ações (*société anonyme*), que é aqui estabelecida:

I. NOME - SEDE - OBJETO - DURAÇÃO

Art.1. Nome

O nome da sociedade é "ALPHARISE INVESTMENTS SPF, S.A." (a **Sociedade**). A Sociedade é **uma** sociedade publica limitada por ações (*société anonyme*) regida pelas leis do Grão-Ducado do Luxemburgo, em particular a lei de 10 de agosto de

1915, sobre sociedades comerciais, conforme alterada (a **Lei**), pela lei de 11 de maio de 2007 que introduz a sociedade de gestão de patrimônio familiar (*société de gestion de patrimoine familial*), conforme alterada (a **Lei SPF**), bem como pelo presente contrato social (o **Contrato Social**).

Art.2. Sede Social

2.1. A sede da Sociedade está estabelecida em Luxemburgo, Grão-Ducado do Luxemburgo. Pode ser transferida por deliberação do Conselho de administração (o **Conselho**) e o Conselho pode alterar o Contrato Social para refletir essa mudança.

2.2. Filiais, subsidiárias ou outros escritórios podem ser estabelecidos no Grão-Ducado do Luxemburgo ou no exterior por deliberação do Conselho. Se o Conselho determinar que desenvolvimentos ou eventos políticos ou militares extraordinários ocorreram ou são iminentes, e que esses desenvolvimentos ou eventos podem interferir nas atividades normais da Sociedade em sua sede, ou com facilidade de comunicação entre essa sede e pessoas no exterior, a sede poderá ser temporariamente transferida para o exterior até que os desenvolvimentos ou eventos em questão tenham cessado completamente. Quaisquer medidas temporárias não afetam a nacionalidade da Sociedade, que, não obstante a transferência temporária da sua sede social, continuará a ser uma sociedade constituída no Luxemburgo.

Art. 3. Objeto social

3.1. De acordo com o artigo 2º da Lei SPF, a Sociedade realizará exclusivamente todas as transações relativas à aquisição, detenção, gestão e alienação de ativos financeiros, conforme definido em virtude da lei de 5 de agosto de 2005 relacionada aos contratos de garantia financeira, conforme alterada, e de espécies e ativos de qualquer tipo mantidos em conta, e não exercerá qualquer atividade comercial.

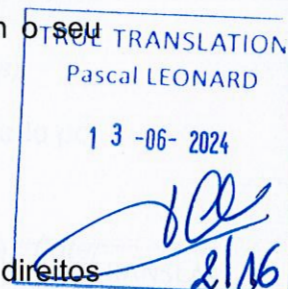
3.2. A Sociedade poderá deter participações em outras sociedades desde que não se envolva na gestão de tais sociedades em carteira.

3.3. Em geral e dentro dos limites da Lei SPF, a Sociedade pode tomar quaisquer medidas para salvaguardar os seus direitos e fazer quaisquer transações que estejam direta ou indiretamente relacionadas com o seu objetivo ou que promovam o seu desenvolvimento.

Art.4. Duração

4.1. A Sociedade é constituída por um período ilimitado.

4.2. A Sociedade não será dissolvida em razão da morte, suspensão de direitos



civis, incapacidade, insolvência, falência ou qualquer evento similar que afete um ou mais acionistas.

II. CAPITAL - ACCÕES

Art.5. Capital

5.1. O capital social da Sociedade é de trinta mil euros (EUR 30.000.-), representado por trinta mil (30.000) ações com o valor nominal de um euro (1 euro.-) cada uma.

5.2. As ações da Sociedade somente serão subscritas por um ou vários investidor(es) elegível (eis), conforme definido pela Lei da SPF.

5.3. O capital social pode ser aumentado ou reduzido uma ou mais vezes por deliberação da assembleia geral da Sociedade (a **Assembleia Geral**), agindo de acordo com as condições prescritas para a alteração do Contrato Social.

5.4. Além do capital social, podem ser criadas contas de prêmios de ações e/ou contas de contribuição de capital (conta 115 "*Apport en capitaux propres non rémunéré par des titres*" [Contribuição em capitais próprios não remunerados por títulos]). A Sociedade pode usar os valores mantidos na conta de prêmio de ações e/ou contas de contribuição de capital para financiar seus investimentos ou despesas operacionais, para cumprir suas responsabilidades, resgatar suas ações, compensar perdas líquidas, fazer distribuições aos acionistas, alocar fundos para a reserva estatutária, fazer pagamentos em relação às ações, bem como todos os outros usos que possam ser permitidos por lei.

Art. 6. Ações

6.1. As ações são indivisíveis e a Sociedade reconhece apenas 1 (um) proprietário por ação. Os proprietários de ações conjuntas devem nomear uma única pessoa como seu representante para a Sociedade. A Sociedade tem o direito de suspender o exercício de todos os direitos inerentes a uma ação de propriedade conjunta, exceto os direitos de informação relevantes, até que uma única pessoa tenha sido nomeada como proprietária da ação em relação à Sociedade.

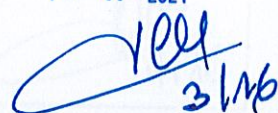
6.2. As ações são e permanecerão na forma nominativa (*ações nominativas*).

6.3. Um registro de ações será mantido na sede social e poderá ser examinado por qualquer acionista, mediante solicitação.

6.4. Quando a Sociedade tiver mais de um acionista, a transferência de ações (*inter*

TRUE TRANSLAT
Pascal LEONAR.

13-06-2024


3/1/16

vivos) para terceiros está sujeita à aprovação prévia dos acionistas que representam três quartos das ações da Sociedade.

6.5. Se um acionista pretender transferir uma ou mais ações para um terceiro, tal acionista cedente deverá enviar um aviso da transferência proposta para a Sociedade e tal transferência estará sujeita ao disposto nos artigos 6.6. a 6.10 deste Contrato Social.

6.6. Se a transferência proposta não for aprovada por acionistas representando três quartos das Ações da Sociedade ou se a Sociedade se recusar a aprovar a transferência de acordo com a Lei, os acionistas poderão, no prazo de três (3) meses a partir da data da recusa, adquirir a (s) ação(ões) ou obter a aquisição da (s) ação(ões), a um preço determinado de acordo com o artigo 6.8 deste Contrato Social, salvo na circunstância em que o acionista cedente decidir renunciar à transferência. A pedido do(s) Administrador(es), o período de três (3) meses pode ser prorrogado pelo presidente da câmara do tribunal distrital de Luxemburgo que trata de questões comerciais e sentando-se em processo sumário, entendendo-se que tal prorrogação não deve exceder seis (6) meses.

6.7. A Sociedade poderá, no mesmo prazo estabelecido no artigo 6.6 acima e com o consentimento do acionista cedente, decidir (i) reduzir seu capital social em um valor correspondente ao valor nominal da (s) ação(ões) relevante (s) e (ii) recomprar tais ações a um preço determinado de acordo com os artigos 6.8 deste Contrato Social.

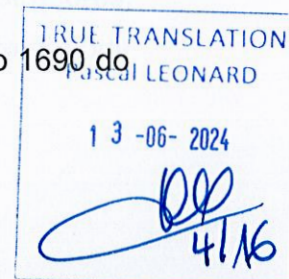
6.8. Para efeitos dos artigos 6.6 e 6.7, o preço de transferência ou preço de resgate deve corresponder ao justo valor de mercado das ações conforme determinado de boa fé pelo Conselho.

6.9. Se, após o término do período referido nos artigos 6.6 e 6.7 acima, nem os acionistas existentes adquiriram as ações ou a Sociedade recomprou a (s) ação(ões), o acionista cedente poderá vender livremente suas ações ao (s) novo (s) acionista(s) proposto (s) ao preço de transferência e nas condições que foram notificadas à Sociedade.

6.10. Uma transferência de ações será realizada pela inscrição no registro de ações de uma declaração de transferência, devidamente assinada e datada por:

- (i) tanto o cedente quanto o cessionário ou seus representantes autorizados; ou
- (ii) qualquer representante autorizado da Sociedade,

após uma notificação ou aceitação pela Sociedade, de acordo com o Artigo 1690 do



Código Civil de Luxemburgo.

6.11. Qualquer documento que registre o acordo entre o cedente e o cessionário, que seja validamente assinado por ambas as partes, pode ser aceito pela Sociedade como prova de uma transferência de ações.

6.12. A Sociedade poderá resgatar suas próprias ações dentro dos limites estabelecidos na Lei.

III. GESTÃO - REPRESENTAÇÃO

Art.7. Conselho de Administração

7.1. Composição do Conselho de Administração

(i) A Sociedade será administrada pelo Conselho, que será composto por pelo menos 3 (três) membros. Os Administradores não precisam ser acionistas.

(ii) Caso a Sociedade seja constituída por um único acionista ou que seja reconhecido em uma assembleia geral de acionistas que a Sociedade tem apenas um acionista, a composição do Conselho de administração poderá ser limitada a um (1) membro apenas até a próxima assembleia geral ordinária reconhecendo que há mais de um acionista na Sociedade.

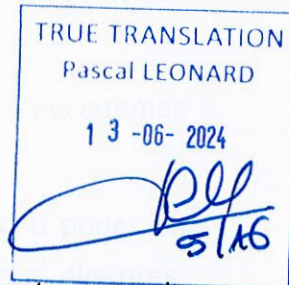
(iii) A Assembleia Geral nomeará os Administradores e fixará o seu número, a sua remuneração e o prazo do seu mandato. Os Administradores não podem ser nomeados para um mandato de mais de seis (6) anos, mas são elegíveis para recondução ao término de seu mandato. A Assembleia Geral pode decidir nomear um ou vários Administradores de classe A e um ou vários Administradores de classe B.

(iv) Os Administradores podem ser destituídos a qualquer momento, com ou sem justa causa, por deliberação da Assembleia Geral.

(v) Se uma pessoa jurídica for nomeada como Administrador, deve nomear um representante permanente para desempenhar suas funções. O representante permanente está sujeito às mesmas regras e incorre nas mesmas responsabilidades como se tivesse exercido as suas funções em seu próprio nome e por sua conta, sem prejuízo da responsabilidade solidária da pessoa jurídica que representa.

(vi) Caso o representante permanente não possa desempenhar suas funções, a pessoa jurídica deve nomear imediatamente outro representante permanente.

(vii) Se o cargo de um Administrador ficar vago, os outros Administradores, deliberando por maioria simples, poderão preencher a vaga provisoriamente até que



um novo Administrador seja nomeado pela próxima Assembleia Geral.

7.2. Poderes do Conselho de administração

(i) Todos os poderes não expressamente reservados aos acionistas pela Lei ou pelo Contrato Social são de competência do Conselho, que tem plenos poderes para realizar e aprovar todos os atos e operações consistentes com o objeto social da Sociedade.

(ii) O Conselho pode delegar poderes especiais ou limitados a um ou mais agentes para assuntos específicos.

(iii) O Conselho está autorizado a delegar a administração diária e o poder de representar a Sociedade a esse respeito a um ou mais Administradores, diretores, gerentes ou outros agentes, acionistas ou não, agindo individualmente ou em conjunto. Se a administração diária for delegada a um ou mais Administradores, o Conselho deverá relatar à Assembleia Geral ordinária qualquer salário, taxa e/ou qualquer outra vantagem concedida a esse(s) Administrador(es) durante o exercício financeiro relevante.

7.1. O Conselho poderá delegar/transferir seus poderes de administração, e o poder de representar a Sociedade com relação a isso, a um comitê de administração/ um comitê executivo (o **Comitê**) ou a um diretório executivo - exceto para a transferência de quaisquer poderes relacionados à política geral da Sociedade ou a quaisquer atos reservados ao Conselho com base em quaisquer outras disposições da Lei. Os membros do Comitê ou o diretor executivo podem ou não ser membros do Conselho. O Conselho é responsável pela supervisão do Comitê ou do diretor executivo. Se um membro do Comitê ou o diretor executivo for uma pessoa jurídica, deverá nomear um representante permanente que o represente em sua função de membro do Comitê ou diretor executivo e que esteja sujeito à mesma responsabilidade descrita no artigo 7.1.

(iv).

7.3. Procedimento

(i) O Conselho poderá nomear um presidente dentre seus membros, podendo escolher um secretário que não precise ser Administrador e que será responsável por manter as atas das reuniões do Conselho e das Assembleias Gerais.

(ii) O Conselho se reunirá a pedido do presidente nomeado, se houver, ou quaisquer dois (2) diretores, no local indicado no aviso, que em princípio será em Luxemburgo.



(iii) A notificação por escrito de qualquer reunião do Conselho será dada a todos os Administradores com pelo menos vinte e quatro (24) horas de antecedência, exceto no caso de uma emergência, caso em que a natureza e as circunstâncias de tal serão estabelecidas na notificação.

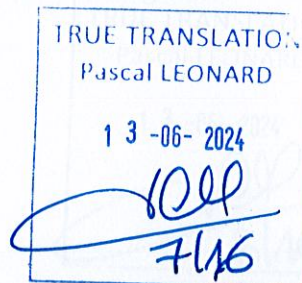
(iv) Nenhum aviso é necessário se todos os membros do Conselho estiverem presentes ou representados e cada um deles declarar que tem pleno conhecimento da agenda da assembleia. Um Administrador também pode renunciar à convocação de uma assembleia, antes ou depois da assembleia. Avisos separados por escrito não são necessários para assembleias realizadas em horários e locais indicados em um cronograma previamente adotado pelo Conselho.

(v) Um Administrador pode conceder a outro Administrador uma procuração para ser representado em qualquer reunião do Conselho.

(vi) O Conselho só poderá deliberar e agir validamente se a maioria de seus membros estiver presente ou representada. As Deliberações do Conselho serão validamente adotadas pela maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados, desde que, se a Assembleia Geral tiver nomeado um ou vários Administradores de Classe A e um ou vários Administradores de Classe B, pelo menos um (1) Administrador de Classe A e um (1) Administrador de Classe B votem a favor da deliberação. Se um presidente tiver sido nomeado, ele terá voto de qualidade no caso de um voto empatado, exceto se o Conselho for composto por um ou vários Administradores de Classe A e um ou vários Administradores de Classe B. As deliberações do Conselho serão registradas em atas assinadas pelo presidente, por todos os Administradores presentes ou representados na assembleia, ou pelo secretário (se houver).

(vii) Qualquer Administrador pode participar de qualquer reunião do Conselho por telefone ou videoconferência, ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os participantes da assembleia se identifiquem, ouçam e falem uns com os outros. A participação por tais meios é considerada equivalente à participação presencial em assembleia devidamente convocada e realizada.

(viii) As deliberações circulares assinadas por todos os Administradores serão válidas e vinculativas como se aprovadas em uma reunião do Conselho devidamente convocada e realizada, e terão a data da última assinatura. Consideram-se tomadas no local da sede social.



(ix) Qualquer Administrador que, direta ou indiretamente, tenha um interesse de natureza patrimonial em uma decisão ou operação/transação realizada pelo Conselho que não seja no curso normal dos negócios que entre em conflito com os interesses da Sociedade (um **Interesse Oposto**) deve aconselhar o Conselho em conformidade e ter a declaração registrada na ata da assembleia. O Administrador em questão não pode participar das deliberações relativas a essa transação. Um relatório especial sobre a transação relevante deve ser submetido aos acionistas na próxima Assembleia Geral, antes de qualquer votação sobre qualquer outra deliberação. Quando a Sociedade é composta por um único Administrador, as transações feitas entre a Sociedade e o único Administrador com um interesse conflitante com o da Sociedade são especificamente mencionadas na deliberação do único Administrador.

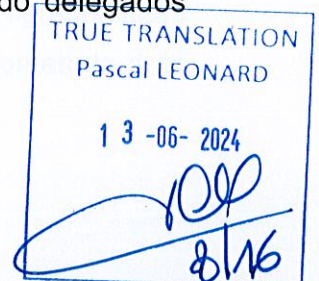
(x) Quando, devido a um Interesse Oposto, o número de membros do Conselho exigido pelo Contrato Social para a deliberação e votação de um determinado item não for atingido, o Conselho poderá decidir adiar a decisão sobre esse item para a assembleia geral de acionistas.

(xi) Os gerentes diários e os membros do Comitê ou o diretor executivo, conforme o caso, estão vinculados às disposições sobre Interesses Opostos, que são aplicáveis por analogia. Quando o diretor executivo ou, se houver apenas um gerente diário, o gerente do diário é confrontado com um Interesse Oposto, a decisão deve ser tomada pelo Conselho.

(xii) Quando, em razão de Interesse Oposto, não for atingido o número de membros do Comitê necessário para deliberar e votar sobre o item em questão, o Comitê poderá decidir pelo diferimento da decisão sobre aquele item para o Conselho.

7.4. Representação

(i) A Sociedade estará vinculada a terceiros em todos os assuntos aplicáveis, mediante: (a) a assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Administradores, se os acionistas tiverem nomeado vários Administradores sem classes; (b) a assinatura conjunta de quaisquer Administradores de classe A e quaisquer Administradores de classe B, se os acionistas tiverem nomeado diferentes classes de Administradores, ou seja, Administradores de classe A e classe B; ou (c) a assinatura única do Administrador único, (ii) A Sociedade também estará vinculada a terceiros pela assinatura conjunta ou única de qualquer pessoa a quem tenham sido delegados poderes especiais de signatário pelo Conselho.



Art. 8. Administrador Único

8.1. Quando o número de acionistas for reduzido para 1 (um):

- (i) a Sociedade poderá ser administrada por um Administrador único até a Assembleia Geral após a introdução de um acionista adicional; e
- (ii) qualquer referência no Contrato Social ao Conselho, aos Administradores, a alguns Administradores ou a qualquer Administrador deve ser lida como uma referência a esse único Administrador, conforme apropriado.
- (iii) A Sociedade estará vinculada a terceiros em todos os assuntos pela assinatura do Administrador único.

8.2. As transações celebradas pela Sociedade que entrem em conflito com o interesse de seu Administrador único devem ser registradas em ata. Isso não se aplica a transações realizadas em circunstâncias normais no curso normal dos negócios.

Art. 9. Responsabilidade dos Administradores

Os Administradores não podem ser responsabilizados pessoalmente em razão de seu cargo por qualquer compromisso que tenham assumido validamente em nome da Sociedade, desde que esses compromissos cumpram o Contrato Social e a Lei.

IV. ACIONISTAS

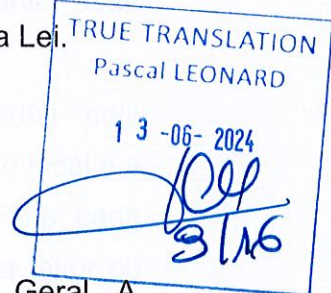
Art. 10. Assembleias gerais de accionistas

10.1. Poderes e direitos de voto

- (i) As deliberações dos acionistas serão adotadas em Assembleia Geral. A Assembleia Geral tem plenos poderes para adotar e ratificar todos os atos e operações que sejam consistentes com o objeto social da Sociedade.
- (ii) Cada ação confere ao titular o direito a 1 (um) voto.

10.2. Notificações, quórum, maioria e procedimentos de votação

- (i) Os acionistas podem ser convocados para Assembleias Gerais pelo Conselho ou pelo (s) revisor(es) oficial(is) de contas. Os Acionistas devem ser convocados para uma Assembleia Geral na sequência de um pedido de acionistas que representem pelo menos um décimo (1/10) do capital social.
- (ii) A notificação por escrito de qualquer Assembleia Geral será dada a todos os acionistas por meio de carta registrada ou qualquer outro meio de comunicação individualmente aceito por seus destinatários pelo menos oito (8) dias antes da data



da assembleia, exceto em caso de emergência, caso em que a natureza e as circunstâncias serão estabelecidas na notificação. Os membros do Conselho e os revisores oficiais de contas devem ser convocados para as Assembleias Gerais que não convocaram e têm, em qualquer caso, o direito de participar nas mesmas.

(iii) As Assembleias Gerais serão realizadas na hora e local especificados nos avisos.

(iv) Se todos os acionistas estiverem presentes ou representados e se considerarem devidamente convocados e informados da ordem do dia da Assembleia Geral, esta poderá ser realizada sem aviso prévio.

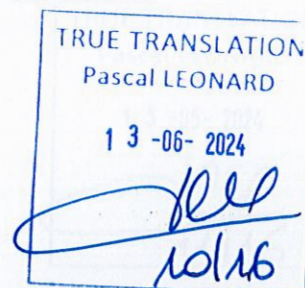
(v) Um acionista pode conceder procuração por escrito a outra pessoa (que não precisa ser acionista), a fim de ser representado em qualquer Assembleia Geral.

(vi) Qualquer Acionista pode participar de qualquer Assembleia Geral por telefone ou videoconferência, ou por qualquer outro meio de comunicação que permita que todos os participantes da assembleia se identifiquem, ouçam e falem uns com os outros. A participação por tais meios é considerada equivalente à participação presencial na assembleia. Um acionista ou seu procurador deve, no entanto, estar fisicamente presente no Luxemburgo.

(vii) Qualquer acionista pode votar usando os formulários fornecidos pela Sociedade para esse fim. Os formulários de votação devem conter a data, o local e a ordem do dia da assembleia e o texto das deliberações propostas. Para cada deliberação, o formulário deve conter três caixas que permitam um voto a favor ou contra essa deliberação ou uma abstenção. Os acionistas devem devolver os formulários de voto à sede social da Sociedade. Somente os formulários de votação recebidos antes da Assembleia Geral serão levados em consideração no cálculo do quórum para a assembleia. Os formulários de votação que não indiquem intenção de voto nem abstenção serão considerados nulos.

(viii) O Conselho poderá suspender os direitos de voto de qualquer acionista em violação de suas obrigações nos termos deste Contrato Social ou de seu acordo ou escritura de convênio.

(ix) A Sociedade reconhecerá quaisquer acordos de voto acordados em qualquer acordo que possa ser celebrado entre a Sociedade e os acionistas de tempos em tempos (se houver), na medida em que tais acordos de voto não estejam em conflito com as disposições do artigo 67 bis da Lei.



(x) Um acionista pode decidir individualmente não exercer, temporária ou permanentemente, a totalidade ou parte de seus direitos de voto por meio de renúncia formal de seus direitos. O acionista renunciante está vinculado a tal renúncia e a renúncia deve ser reconhecida pela Sociedade mediante notificação.

(xi) Caso os direitos de voto de um ou vários acionistas sejam suspensos de acordo com o artigo 10.2 (viii) ou o exercício dos direitos de voto tenha sido renunciado por um ou vários acionistas de acordo com o artigo 10.2 (ix), tais acionistas podem comparecer a qualquer assembleia geral da Sociedade, mas as ações de que são titulares não são tidas em consideração para a determinação das condições de quórum e maioria a cumprir nas assembleias gerais da Sociedade.

(xii) As deliberações a serem adotadas nas Assembleias Gerais serão aprovadas por maioria simples de votos, independentemente da proporção do capital social representada.

(xiii) Uma Assembleia Geral extraordinária só poderá alterar o Contrato Social se pelo menos metade do capital social estiver representado e a ordem do dia indicar as alterações propostas ao Contrato Social, incluindo o texto de qualquer alteração proposta ao objeto ou forma da Sociedade. Caso este quórum não seja atingido, será convocada uma segunda Assembleia Geral de acordo com as formalidades previstas no artigo 10.2 (ii). A segunda Assembleia Geral deliberará de forma válida independentemente da proporção do capital representado. Em ambas as Assembleias Gerais, as deliberações devem ser adotadas por pelo menos dois terços dos votos expressos.

(xiv) Quando as ações da Sociedade não forem representadas apenas por ações nominativas, as Assembleias Gerais serão convocadas por meio de avisos publicados pelo menos quinze (15) dias antes da assembleia no *Recueil Electronique des Sociétés et Associations* (RESA) e em um jornal luxemburguês. Estes avisos devem indicar a data e a ordem do dia da Assembleia Geral. No caso de ser um aviso de convocação para uma segunda Assembleia Geral que deve votar uma alteração do Contrato Social porque o quórum de presença na primeira Assembleia Geral não foi atingido, o aviso indica a data e os resultados da Assembleia Geral anterior.

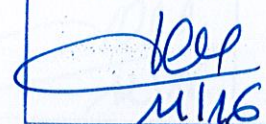
(xv) Qualquer aumento no compromisso de um acionista na Sociedade exigirá o consentimento unânime dos acionistas e dos detentores de títulos (se houver).

Art. 11. Acionista Único

Quando o número de acionistas for reduzido para 1 (um):

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024


MLN

- (i) o único acionista exercerá todos os poderes conferidos pela Lei à Assembleia Geral;
- (ii) qualquer referência no Contrato Social aos acionistas ou à Assembleia Geral deve ser lida como uma referência ao acionista único, conforme apropriado; e
- (iii) as deliberações do acionista único serão lavradas em ata ou lavradas por escrito.

V. CONTAS ANUAIS - DESTINAÇÃO DOS LUCROS - SUPERVISÃO

Art. 12. Exercício financeiro e aprovação das contas anuais

12.1. O exercício social inicia-se no dia 1 (um) de janeiro e encerra-se no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

12.2. A cada ano, o Conselho deve preparar o balanço patrimonial e a conta de ganhos e perdas, juntamente com um inventário indicando o valor dos ativos e passivos da Sociedade, com um anexo resumindo os compromissos da Sociedade e as dívidas dos diretores, conselheiros e revisores oficiais de contas à Sociedade.

12.3. Um mês antes da Assembleia Geral anual, o Conselho fornecerá aos auditores estatutários um relatório e provas documentais das operações da Sociedade. O (s) revisor(es) oficial(is) de contas deve (m) então preparar um relatório com as suas propostas.

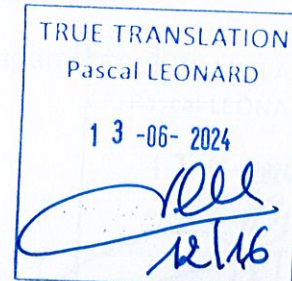
12.4. A Assembleia Geral anual será realizada na sede social ou em qualquer outro local no Grão-Ducado do Luxemburgo, conforme especificado no aviso, no prazo de seis (6) meses a partir do encerramento do exercício financeiro.

Art. 13. Auditores e Revisores oficiais de contas

13.1. As operações da Sociedade serão supervisionadas por um ou mais auditores (*commissaires*).

13.2. Quando exigido pela Lei, as operações da Sociedade serão supervisionadas por um ou mais revisores oficiais de contas (*réviseurs d'entreprises agréés*).

13.3. A Assembleia Geral nomeará os auditores (*commissaires*)/revisores oficiais de contas (*réviseurs d'entreprises agréés*), e determinará o seu número e remuneração e o prazo do seu mandato. O mandato dos revisores oficiais de contas não pode exceder seis (6) anos, mas pode ser renovado.



Art. 14. Destinação dos lucros

14.1. 5% (cinco por cento) do lucro líquido anual da Sociedade deverá ser destinado à reserva exigida pela Lei (a **Reserva Legal**). Esta exigência cessa quando a Reserva Legal atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do capital social.

14.2. A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo do lucro líquido anual. Pode decidir sobre o pagamento de um dividendo, transferir o saldo para uma conta de reserva ou transportá-lo de acordo com as disposições legais aplicáveis.

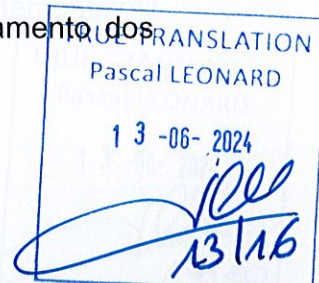
14.3. Os dividendos intermediários poderão ser distribuídos a qualquer tempo, observadas as seguintes condições:

- (i) o Conselho deve elaborar contas intermediárias;
- (ii) as contas intermediárias devem mostrar que lucros suficientes e outras reservas (incluindo prêmio de ações) estão disponíveis para distribuição; entendendo-se que o valor a ser distribuído não pode exceder os lucros obtidos desde o final do último exercício financeiro para o qual as contas anuais foram aprovadas, se houver, aumentadas por lucros transportados e reservas distribuíveis, e reduzidas por perdas transportadas e quantias a serem alocadas à reserva legal ou estatutária;
- (iii) no prazo de 2 (dois) meses a contar da data das contas intermediárias, o Conselho deverá deliberar a distribuição dos dividendos intermediários; e
- (iv) os auditores (*commissaires*) ou os revisores oficiais de contas (*réviseurs d'entreprises agréés*), conforme aplicável, devem preparar um relatório dirigido ao Conselho que deve verificar se as condições acima foram atendidas.

VI. DISSOLUÇÃO - LIQUIDAÇÃO

15.1. A Sociedade poderá ser dissolvida a qualquer momento por deliberação da Assembleia Geral, agindo de acordo com as condições prescritas para a alteração do Contrato Social. A Assembleia Geral nomeará um ou mais liquidantes, que não precisam ser acionistas, para realizar a liquidação, e determinará seu número, poderes e remuneração. Se o ou um liquidante for uma pessoa jurídica, a pessoa física que o representa também deve ser designada. Salvo decisão em contrário da Assembleia Geral, os liquidatários terão plenos poderes para realizar os ativos da Sociedade e pagar seus passivos. As disposições sobre Interesses Opostos, conforme estabelecido nos artigos 7.3. (ix) e 8.2. aplicam-se ao (s) liquidante(s).

15.2. O excedente (se houver) após a realização dos ativos e o pagamento dos



passivos será distribuído aos acionistas na proporção das ações detidas por cada um deles.

VII. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Avisos e comunicações podem ser feitos ou renunciados e deliberações circulares podem ser comprovadas por escrito, por fax, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação eletrônica.

16.2. As procurações podem ser outorgadas por qualquer um dos meios descritos acima. As procurações relacionadas às assembleias do Conselho também podem ser concedidas por um Administrador, de acordo com as condições que possam ser aceitas pelo Conselho.

16.3. As assinaturas podem ser manuscritas ou eletrônicas, desde que preencham todos os requisitos legais para serem consideradas equivalentes às assinaturas manuscritas. As assinaturas de resoluções circulares ou resoluções adotadas por telefone ou videoconferência podem aparecer em uma via original ou em várias vias do mesmo documento, todas juntas constituindo um único e mesmo documento.

16.4. Todas as questões não expressamente regidas por este Contrato Social serão determinadas de acordo com a lei aplicável, a lei da SPF e, sujeito a quaisquer disposições não renunciáveis da lei, com qualquer acordo celebrado pelos acionistas de tempos em tempos.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

O primeiro exercício financeiro da Sociedade terá início na data desta escritura e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de 2024.

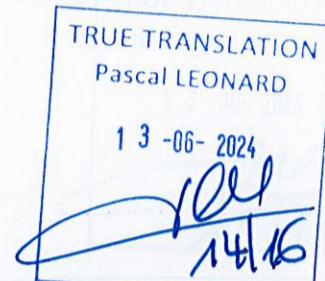
SUBSCRIÇÃO E PAGAMENTO

Todas as 30.000 (trinta mil) ações foram subscritas pelo único acionista, pré-nomeado.

As ações foram totalmente pagas, de modo que o valor de trinta mil euros (EUR 30.000.-) está livremente à disposição da Sociedade, conforme comprovado ao notário pela apresentação de uma certidão bancária.

CUSTOS

As despesas, custos, taxas e encargos de qualquer tipo a serem arcados pela Sociedade em conexão com sua constituição são estimados em aproximadamente mil duzentos e cinquenta euros (EUR 1.200,-). [deve ler-se mil duzentos]



DELIBERAÇÕES DOS ACIONISTAS

Imediatamente após a constituição da Sociedade, seus acionistas, representando a totalidade do capital social subscrito, adotaram as seguintes deliberações:

1. São nomeados como Administrador único da Sociedade por um período de 6 (seis) anos:

Sr. Pedro Alexandre SOBRAL FERREIRA PIMENTA DE MATOS, nascido em 5 de janeiro de 1976, em Johanesburgo (África do Sul), residente em L-7597 Reckange, 11, Op der Delt.

2. ACCOUNTIS S.à r.l., com sede em 63-65, rue de Merl, L- 2146 Luxemburgo, registrada no Registro de Comércio e Sociedades de Luxemburgo sob o número B60219, é nomeada como revisor oficial de contas (*réviseurs d'entreprises agréés*)/auditor da Sociedade até a Assembleia Geral anual a ser realizada em 2029.

3. A sede da Sociedade está localizada em L-2146 Luxembourg, 63-65, rue de Merl.

DECLARAÇÃO

O Notário abaixo assinado, que entende e fala inglês, declara que, a pedido das partes presentes, esta escritura é redigida em inglês, seguida de uma versão em francês, e que, em caso de divergências, o texto em inglês prevalece.

Antes do encerramento deste Contrato Social, o Notário abaixo assinado chamou a atenção da pessoa que compareceu para a necessidade de obter das autoridades competentes as autorizações necessárias para realizar as atividades descritas mais detalhadamente como o objeto social na cláusula segunda deste Contrato Social, que a pessoa que compareceu declara ter entendido e reconhece expressamente o escopo desta cláusula.

PODER

A (s) pessoa(s) presente (s) dá(m) o poder a todos os escrivães e empregados do cartório do Notário abaixo assinado, a fim de elaborar e assinar todos os atos corretivos possíveis.

REGISTRO DOS PROPRIETÁRIOS BENEFICIÁRIOS

O Notário abaixo assinado informou as partes presentes sobre as obrigações resultantes da lei de 13 de janeiro de 2019 relativa à introdução de um registro de proprietários beneficiários (*registre des bénéficiaires effectifs*).



As partes presentes declararam expressamente que a Sociedade procederá às formalidades exigidas de acordo com a lei acima mencionada e não obrigam o Notário a fazê-lo.

EM FE DE QUE esta escritura foi elaborada em Luxemburgo, no dia indicado acima. Depois de ler esta escritura em voz alta, o Notário a assina com o representante autorizado das partes presentes.

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD
13-06-2024
[Signature]
16/1/24

Pour copie conforme à l'original

12 JUIN 2024

Me Gilles MATHAY
Notaire à Luxembourg

ALPHARISE INVESTMENTS SPF, S.A.

Société anonyme

Siège social: 63-65, rue de Merl,

L-2146 Luxembourg



NUMERO

CONSTITUTION DE SOCIETE DU 12 JUIN 2024

In the year two thousand and twenty-four, on the twelfth day of June.

Before Maître **Gilles MATHAY**, notary, residing in Luxembourg (Grand Duchy of Luxembourg)

THERE APPEARED:

- Mr. Darwin HENRIQUE DA SILVA FILHO, born on 22 May 1991 in Recife, Brazil, residing at Av. Boa Viagem 02554, Ed. Luiz Ignacio Apt 901, 51020- 000 Recife, Brazil, here represented Mrs Sophie BECKER, notary clerk, residing professionally in Luxembourg, by virtue of a power of attorney given on 3 June 2024.

After signature *ne varietur* by the authorised representative of the appearing party and the undersigned notary, the power of attorney will remain attached to this deed to be registered with it.

The appearing party, represented as set out above, has requested the undersigned notary to state as follows the articles of incorporation of a public company limited by shares (*société anonyme*), which is hereby incorporated:

I. NAME – REGISTERED OFFICE – OBJECT – DURATION

Art.1. Name

The name of the company is " **ALPHARISE INVESTMENTS SPF, S.A.** " (the **Company**). The Company is a public company limited by shares (*société anonyme*) governed by the laws of the Grand Duchy of Luxembourg, in particular the law of August 10, 1915, on commercial companies, as amended (the **Law**), by the law of 11 May 2007 introducing the family wealth management company (*société de gestion de patrimoine familial*), as amended (the **SPF Law**), as well as by the present articles of association (the **Articles**).

Art.2. Registered office

2.1. The Company's registered office is established in Luxembourg, Grand Duchy of Luxembourg. It may be transferred by a resolution of the board of directors (the **Board**) and the board may amend the Articles to reflect this change.

2.2. Branches, subsidiaries or other offices may be established in the Grand Duchy

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13 -06- 2024

of Luxembourg or abroad by a resolution of the Board. If the Board determines that extraordinary political or military developments or events have occurred or are imminent, and that those developments or events may interfere with the normal activities of the Company at its registered office, or with ease of communication between that office and persons abroad, the registered office may be temporarily transferred abroad until the developments or events in question have completely ceased. Any such temporary measures do not affect the nationality of the Company, which, notwithstanding the temporary transfer of its registered office, will remain a Luxembourg incorporated company.

Art.3. Corporate object

3.1. Pursuant to article 2 of the SPF Law, the Company shall exclusively carry out all transactions pertaining to the acquisition, the holding, the management and disposal of financial assets as defined by virtue of the law of 5 August 2005 related to the financial guarantee contracts, as amended, and of species and assets of any kind held in account, and shall not exercise any commercial activity.

3.2. The Company will be able to hold participations in other companies as long as it does not involve itself in the management of such portfolio companies.

3.3. In general and within the limits of the SPF Law, the Company may take any measures to safeguard its rights and make any transactions whatsoever which are directly or indirectly connected with its purpose or which promote its development.

Art.4. Duration

4.1. The Company is formed for an unlimited period.

4.2. The Company shall not be dissolved by reason of the death, suspension of civil rights, incapacity, insolvency, bankruptcy or any similar event affecting one or more shareholders.

II. CAPITAL - SHARES

Art.5. Capital

5.1. The share capital is set at thirty thousand Euro (EUR 30,000.-), represented by thirty thousand (30,000) shares in registered form, having a nominal value of one Euro (EUR 1.-) each.

5.2. The shares of the Company shall only be subscribed by one or several eligible investor(s), as defined by the SPF Law.

5.3. The share capital may be increased or reduced once or more by a resolution of the general meeting of the Company (the **General Meeting**), acting in accordance with the conditions prescribed for the amendment of the Articles.

5.4. In addition to the share capital, there may be set up share premium accounts and/or capital contribution accounts (compte 115 "Apport en capitaux propres non rémunéré par des titres"). The Company may use the amounts held in the share premium account and/or capital contribution accounts to fund its investments or

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

operational expenses, to meet its liabilities, to redeem its shares, to set off net losses, to make distributions to shareholders, to allocate funds to the statutory reserve, to make payments in relation to shares as well as all other uses as may be permitted by law.

Art.6. Shares

6.1. The shares are indivisible and the Company recognises only one (1) owner per share. Joint share owners must appoint a sole person as their representative towards the Company. The Company has the right to suspend the exercise of all rights attached to a jointly owned share, except for relevant information rights, until a sole person has been appointed as the owner of the share towards the Company.

6.2. The shares are and will remain in registered form (*actions nominatives*).

6.3. A register of shares shall be kept at the registered office and may be examined by any shareholder on request.

6.4. When the Company has more than one shareholder, the transfer of shares (*inter vivos*) to third parties is subject to prior approval by shareholders representing three-quarters of the shares of the Company.

6.5. If a shareholder intends to transfer one or more shares to a third party, such transferring shareholder must send a notice of the proposed transfer to the Company and such transfer will be subject to the provision of articles 6.6. to 6.10 of these Articles.

6.6. If the proposed transfer is not approved by shareholders representing three-quarters of the Shares of the Company or if the Company has refused to approve the transfer in accordance with the Law, the shareholders may, within three (3) months from the date of refusal, acquire the share(s) or procure the acquisition of the share(s), at a price determined in accordance with article 6.8 of these Articles, save in the circumstance where the transferring shareholder decides to forego the transfer. Upon request of the manager(s), the three (3) month period can be extended by the president of the chamber of the district court of Luxembourg dealing with commercial matters and sitting as in summary proceedings, it being understood that such extension shall not exceed six (6) months.

6.7. The Company may, within the same timeframe as set forth in article 6.6 above and with the consent of the transferring shareholder, decide to (i) reduce its share capital by an amount corresponding to the nominal value of the relevant share(s) and (ii) repurchase such shares at a price determined in accordance with articles 6.8 of these Articles.

6.8. For the purposes of articles 6.6 and 6.7 above, the transfer price or redemption price shall correspond to the fair market value of the shares as determined in good faith by the Board.

6.9. If following the expiry of the period referred to in articles 6.6 and 6.7 above, neither the existing shareholders have acquired the shares nor the Company has repurchased the share(s), the transferring shareholder may freely sell his shares to the proposed new shareholder(s) at the transfer price and under the conditions which were

TRUE TRANSLATION

Pascal LEONARD

13-06-2024

notified to the Company.

6.10. A share transfer shall be carried out by the entry in the register of shares of a declaration of transfer, duly signed and dated by either:

- (i) both the transferor and the transferee or their authorised representatives; or
- (ii) any authorised representative of the Company,

following a notification to, or acceptance by, the Company, in accordance with Article 1690 of the Luxembourg Civil Code.

6.11. Any document recording the agreement between the transferor and the transferee, which is validly signed by both parties, may be accepted by the Company as evidence of a share transfer.

6.12. The Company may redeem its own shares within the limits set out in the Law.

III. MANAGEMENT – REPRESENTATION

Art.7. Board of directors

7.1. Composition of the board of directors

(i) The Company shall be managed by the Board, which shall comprise at least three (3) members. The directors need not be shareholders.

(ii) In case the Company is incorporated by a sole shareholder or that it is acknowledged in a general meeting of shareholders that the Company has only one shareholder left, the composition of the board of directors may be limited to one (1) member only until the next ordinary general meeting acknowledging that there is more than one shareholder in the Company.

(iii) The General Meeting shall appoint the directors and determine their number, their remuneration and the term of their office. Directors cannot be appointed for a term of office of more than six (6) years but are eligible for re- appointment at the expiry of their term of office. The General Meeting may decide to appoint one or several class A directors and one or several class B directors.

(iv) Directors may be removed at any time, with or without cause, by a resolution of the General Meeting.

(v) If a legal entity is appointed as a director, it must appoint a permanent representative to perform its duties. The permanent representative is subject to the same rules and incurs the same liabilities as if he had exercised his functions in his own name and on his own behalf, without prejudice to the joint and several liability of the legal entity which it represents.

(vi) Should the permanent representative be unable to perform its duties, the legal entity must immediately appoint another permanent representative.

(vii) If the office of a director becomes vacant, the other directors, acting by a simple majority, may fill the vacancy on a provisional basis until a new director is appointed by the next General Meeting.

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13 -06- 2024

7.2. Powers of the board of directors

(i) All powers not expressly reserved to the shareholders by the Law or the Articles fall within the competence of the Board, which has full power to carry out and approve all acts and operations consistent with the Company's corporate object.

(ii) The Board may delegate special or limited powers to one or more agents for specific matters.

(iii) The Board is authorised to delegate the day-to-day management, and the power to represent the Company in this respect, to one or more directors, officers, managers or other agents, whether shareholders or not, acting either individually or jointly. If the day-to-day management is delegated to one or more directors, the Board must report to the annual General Meeting any salary, fee and/or any other advantage granted to those director(s) during the relevant financial year.

(iv) The Board may delegate/transfer its management powers, and the power to represent the Company with respect thereto, to a management committee

/ an executive committee (the **Committee**) or to an executive director, save for the transfer of any powers relating to the general policy of the Company or to any acts reserved to the Board on the grounds of any other provisions of the Law. The members of the Committee or the executive director may or may not be members of the Board. The Board is in charge of supervising the Committee or the executive director. If a member of the Committee or the executive director is a legal person, it must appoint a permanent representative who represents it in its function as member of the Committee or executive director and who is subject to the same liability as described under article 7.1. (iv).

7.3. Procedure

(i) The Board may appoint a chairperson from among its members, and may choose a secretary who need not be a director and who will be responsible for keeping the minutes of the meetings of the Board and of General Meetings.

(ii) The Board shall meet at the request of the appointed chairperson, if any, or any two (2) directors, at the place indicated in the notice, which in principle shall be in Luxembourg.

(iii) Written notice of any Board meeting shall be given to all directors at least twenty-four (24) hours in advance, except in the case of an emergency, in which case the nature and circumstances of such shall be set out in the notice.

(iv) No notice is required if all members of the Board are present or represented and each of them states that they have full knowledge of the agenda for the meeting. A director may also waive notice of a meeting, either before or after the meeting. Separate written notices are not required for meetings which are held at times and places indicated in a schedule previously adopted by the Board.

(v) A director may grant to another director a power of attorney in order to be represented at any Board meeting.

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

(vi) The Board may only validly deliberate and act if a majority of its members are present or represented. Board Resolutions shall be validly adopted by a majority of the votes of the directors present or represented, provided that if the General Meeting has appointed one or several class A directors and one or several class B directors, at least one (1) class A director and one (1) class B director votes in favour of the resolution. If a chairperson has been appointed, he shall have a casting vote in the event of a tied vote, except if the Board is composed of one or several class A directors and one or several class B directors. Board resolutions shall be recorded in minutes signed by the chairperson, by all the directors present or represented at the meeting, or by the secretary (if any).

(vii) Any director may participate in any meeting of the Board by telephone or video conference, or by any other means of communication which allows all those taking part in the meeting to identify, hear and speak to each other. Participation by such means is deemed equivalent to participation in person at a duly convened and held meeting .

(viii) Circular resolutions signed by all the directors shall be valid and binding as if passed at a duly convened and held Board meeting, and shall bear the date of the last signature. They are deemed to be taken at the location of the registered office.

(ix) Any director who, directly or indirectly, has an interest of a patrimonial nature in a decision or operation/transaction carried out by the Board other than in the ordinary course of business which conflicts with the interests of the Company (an **Opposed Interest**) must advise the Board accordingly and have the statement recorded in the minutes of the meeting. The director concerned may not take part in the deliberations concerning that transaction. A special report on the relevant transaction shall be submitted to the shareholders at the next General Meeting, before any vote on any other resolution. Where the Company comprises a sole manager, transactions made between the Company and the sole manager having an interest conflicting with that of the Company are specifically mentioned in the resolution of the sole manager.

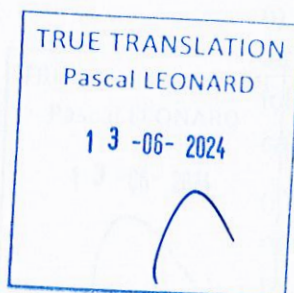
(x) When, due to an Opposed Interest, the number of Board members required by the Articles for the deliberation and vote on a certain item is not reached, the Board may decide to defer the decision on that item to the general meeting of shareholders.

(xi) The day-to-day managers and the members of the Committee or the executive director, as the case may be, are bound by the provisions on Opposed Interest, which are applicable by analogy. When the executive director or, if there is only one day-to-day manager, the day-to-day manager is confronted with an Opposed Interest, the decision must be taken by the Board.

(xii) When, due to an Opposed Interest, the number of Committee members required for deliberating and voting on the item concerned is not reached, the Committee may decide to defer the decision on that item to the Board.

7.4. Representation

(i) The Company shall be bound towards third parties in all matters as applicable, by: (a) the joint signature of any two (2) managers, if the shareholders have appointed



several managers without classes; (b) the joint signature of any class A managers and any class B manager, if the shareholders have appointed different classes of managers, namely class A and class B managers; or (c) the single signature of the sole manager.

(ii) The Company shall also be bound towards third parties by the joint or single signature of any person(s) to whom special signatory powers have been delegated by the Board.

Art.8. Sole director

8.1. Where the number of shareholders is reduced to one (1):

(i) the Company may be managed by a single director until the General Meeting following the introduction of an additional shareholder; and

(ii) any reference in the Articles to the Board, the directors, some directors or any director should be read as a reference to that sole director, as appropriate.

(iii) The Company shall be bound towards third parties in all matters by the signature of the sole director.

8.2. Transactions entered into by the Company which conflict with the interest of its sole director must be recorded in minutes. This does not apply to transactions carried out under normal circumstances in the ordinary course of business.

Art.9. Liability of the directors

The directors may not be held personally liable by reason of their office for any commitment they have validly made in the Company's name, provided those commitments comply with the Articles and the Law.

IV. SHAREHOLDERS

Art.10. General meetings of shareholders

10.1. Powers and voting rights

(i) Resolutions of the shareholders shall be adopted at a General Meeting. The General Meeting has full powers to adopt and ratify all acts and operations which are consistent with the Company's corporate object.

(ii) Each share entitles the holder to one (1) vote.

10.2. Notices, quorum, majority and voting proceedings

(i) The shareholders may be convened to General Meetings by the Board or the statutory auditor(s). The Shareholders must be convened to a General Meeting following a request from shareholders representing at least one-tenth (1/10) of the share capital.

(ii) Written notice of any General Meeting shall be given to all shareholders by means of a registered letter or any other means of communication individually accepted by their addressees at least eight (8) days prior to the date of the meeting, except in the case of an emergency, in which case the nature and circumstances of such shall

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

be set out in the notice. The Board members and the statutory auditors must be convened to the General Meetings they did not convene themselves and are in any case entitled to participate in same.

(iii) General Meetings shall be held at the time and place specified in the notices.

(iv) If all the shareholders are present or represented and consider themselves duly convened and informed of the agenda of the General Meeting, it may be held without prior notice.

(v) A shareholder may grant written power of attorney to another person (who need not be a shareholder), in order to be represented at any General Meeting.

(vi) Any shareholder may participate in any General Meeting by telephone or video conference, or by any other means of communication which allows all those taking part in the meeting to identify, hear and speak to each other. Participation by such means is deemed equivalent to participation in person at the meeting. One shareholder or its proxyholder must however be physically present in Luxembourg.

(vii) Any shareholder may vote by using the forms provided by the Company for that purpose. Voting forms must contain the date, place and agenda of the meeting and the text of the proposed resolutions. For each resolution, the form must contain three boxes allowing for a vote for or against that resolution or an abstention. Shareholders must return the voting forms to the Company's registered office. Only voting forms received prior to the General Meeting shall be taken into account in calculating the quorum for the meeting. Voting forms which indicate neither a voting intention nor an abstention shall be considered void.

(viii) The Board may suspend the voting rights of any shareholder in breach of its obligations under these Articles or its agreement or deed of covenant.

(ix) The Company shall recognize any voting arrangements agreed in any agreement which may be entered into among the Company and the shareholders from time to time (if any), to the extent that such voting arrangements are not in conflict with the provisions of article 67 bis of the Law.

(x) A shareholder may individually decide not to exercise, temporarily or permanently, all or part of its voting rights by means of formal waiver of its rights. The waiving shareholder is bound by such waiver and the waiver must be recognized by the Company upon notification.

(xi) In case the voting rights of one or several shareholders are suspended in accordance with article 10.2(viii) or the exercise of the voting rights has been waived by one or several shareholders in accordance with article 10.2(ix), such shareholders may attend any General Meeting but the shares they hold shall not be taken into account for the determination of the conditions of quorum and majority to be complied with at the General Meetings of the Company.

(xii) Resolutions to be adopted at General Meetings shall be passed by a simple majority vote, regardless of the proportion of share capital represented. (xiii) An

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

extraordinary General Meeting may only amend the Articles if at least one-half of the share capital is represented and the agenda indicates the proposed amendments to the Articles, including the text of any proposed amendment to the Company's object or form. If this quorum is not reached, a second General Meeting shall be convened in accordance with the formalities foreseen in article 10.2 (ii). The second General Meeting shall deliberate validly regardless of the proportion of capital represented. At both General Meetings, resolutions must be adopted by at least two-thirds of the votes cast. (xiv) Where the Company shares are not only represented by registered shares, the General Meetings shall be convened by means of notices published at least fifteen (15) days before the meeting in the *Recueil Electronique des Sociétés et Associations* (RESA) and one Luxembourg newspaper. These notices shall state the date and agenda of the General Meeting. In case it is a convening notice for a second General Meeting which must vote on an amendment of the Articles because the presence quorum at the first General Meeting was not reached, the notice indicates the date and the results of the previous General Meeting

(xv) Any increase in a shareholder's commitment in the Company shall require the unanimous consent of the shareholders and bondholders (if any).

Art.11. Sole shareholder

When the number of shareholders is reduced to one (1):

- (i) the sole shareholder shall exercise all powers granted by the Law to the General Meeting;
- (ii) any reference in the Articles to the shareholders or the General Meeting is to be read as a reference to the sole shareholder, as appropriate; and
- (iii) the resolutions of the sole shareholder shall be recorded in minutes or drawn up in writing.

V. ANNUAL ACCOUNTS - ALLOCATION OF PROFITS - SUPERVISION

Art.12. Financial year and approval of annual accounts

12.1. The financial year begins on the first (1) of January and ends on the thirty-first (31) of December of each year.

12.2. Each year, the Board must prepare the balance sheet and profit and loss account, together with an inventory stating the value of the Company's assets and liabilities, with an annex summarising the Company's commitments and the debts owed by the officers, director(s) and statutory auditor(s) to the Company.

12.3. One month before the annual General Meeting, the Board shall provide the statutory auditors with a report on, and documentary evidence of, the Company's operations. The statutory auditor(s) shall then prepare a report setting out their proposals.

12.4. The annual General Meeting shall be held at the registered office or in any other place within the Grand-Duchy of Luxembourg, as specified in the notice, within six (6)

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

months as from the close of the financial year.

Art.13. Auditors

13.1. The Company's operations shall be supervised by one or more statutory auditors (*commissaires*).

13.2. When so required by law, the Company's operations shall be supervised by one or more statutory auditors (*réviseurs-d'entreprises agréés*).

13.3. The General Meeting shall appoint the supervisory auditors (*commissaires*)/statutory auditors (*réviseurs d'entreprises agréés*), and determine their number and remuneration and the term of their office. The term of office of the supervisory auditors may not exceed six (6) years but may be renewed.

Art.14. Allocation of profits

14.1. Five per cent (5%) of the Company's annual net profits must be allocated to the reserve required by law (the **Legal Reserve**). This requirement ceases when the Legal Reserve reaches an amount equal to ten per cent (10%) of the share capital.

14.2. The General Meeting shall determine the allocation of the balance of the annual net profits. It may decide on the payment of a dividend, to transfer the balance to a reserve account, or to carry it forward in accordance with the applicable legal provisions.

14.3. Interim dividends may be distributed at any time, subject to the following conditions:

- (i) the Board must draw up interim accounts;
- (ii) the interim accounts must show that sufficient profits and other reserves (including share premium) are available for distribution; it being understood that the amount to be distributed may not exceed the profits made since the end of the last financial year for which the annual accounts have been approved, if any, increased by profits carried forward and distributable reserves, and reduced by losses carried forward and sums to be allocated to the legal or a statutory reserve;
- (iii) within two (2) months of the date of the interim accounts, the Board must resolve to distribute the interim dividends; and
- (iv) the supervisory auditors (*commissaires*) or the statutory auditors (*réviseurs d'entreprises agréés*), as applicable, must prepare a report addressed to the Board which must verify whether the above conditions have been met.

VI. DISSOLUTION – LIQUIDATION

15.1. The Company may be dissolved at any time by a resolution of the General Meeting, acting in accordance with the conditions prescribed for the amendment of the Articles. The General Meeting shall appoint one or more liquidators, who need not be shareholders, to carry out the liquidation, and shall determine their number, powers and remuneration. If the or one liquidator is a legal person, the physical person representing it must also be designated. Unless otherwise decided by the General Meeting, the

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

liquidators shall have full power to realise the Company's assets and pay its liabilities. The provisions on Opposed Interest as set forth in articles 7.3. (ix) and 8.2. apply to the liquidator(s).

15.2. The surplus (if any) after realisation of the assets and payment of the liabilities shall be distributed to the shareholders in proportion to the shares held by each of them.

VII. GENERAL PROVISION

16.1. Notices and communications may be made or waived and circular resolutions may be evidenced in writing, by fax, email or any other means of electronic communication.

16.2. Powers of attorney may be granted by any of the means described above. Powers of attorney in connection with Board meetings may also be granted by a director, in accordance with such conditions as may be accepted by the Board.

16.3. Signatures may be in handwritten or electronic form, provided they fulfil all legal requirements for being deemed equivalent to handwritten signatures. Signatures of circular resolutions or resolutions adopted by telephone or video conference may appear on one original or several counterparts of the same document, all of which taken together shall constitute one and the same document.

16.4. All matters not expressly governed by these Articles shall be determined in accordance with the applicable law, the SPF law and, subject to any non-waivable provisions of the law, with any agreement entered into by the shareholders from time to time.

TRANSITIONAL PROVISION

The Company's first financial year shall begin on the date of this deed and end on the thirty-first (31) of December 2024.

SUBSCRIPTION AND PAYMENT

All thirty thousand (30,000) shares have been subscribed by the sole shareholder, prenamed.

The shares have all been fully paid up, so that the amount of thirty thousand euro (EUR 30,000.-) is freely available to the Company, as has been proved to the notary by the production of a bank certificate.

COSTS

The expenses, costs, fees and charges of any kind whatsoever to be borne by the Company in connection with its incorporation are estimated at approximately one thousand two hundred and fifty Euro (EUR 1.200.-).

RESOLUTIONS OF THE SHAREHOLDERS

Immediately after the incorporation of the Company, its shareholders, representing the entire subscribed share capital, adopted the following resolutions:

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD
13-06-2024

1. The following are appointed as sole director of the Company for a period of six (6) years:

Mr. Pedro Alexandre SOBRAL FERREIRA PIMENTA DE MATOS, born on 5 January 1976, in Johannesburg (South Africa), residing at L-7597 Reckange, 11, Op der Delt.

2. ACCOUNTIS S.à r.l., having its registered office at 63-65, rue de Merl, L- 2146 Luxembourg, registered with the Luxembourg Trade and Companies register under number B60219, is appointed as approved external auditor (*réviseurs d'entreprises agréés*) / statutory auditor of the Company until the annual General Meeting to be held in 2029.

3. The registered office of the Company is located at L-2146 Luxembourg, 63-65, rue de Merl.

DECLARATION

The undersigned notary, who understands and speaks English, states that at the request of the appearing parties, this deed is drawn up in English, followed by a French version, and that in the case of divergences, the English text prevails.

Prior to the closing of these Articles of Association, the undersigned notary drew the attention of the appearing person to the need to obtain from the competent authorities the authorizations re-quired to carry out the activities more fully described as the corporate purpose in article two of these Articles of Association, which the appearing person declares to have understood and ex-pressly acknowledges the scope of this clause.

POWER

The appearing person(s) give(s) the power to all clerks and employees of the notarial office of the undersigned notary, in order to drawn up and sign all possible corrective acts hereto.

REGISTER OF BENEFICIAL OWNERS

The undersigned notary has informed the appearing parties about the obligations resulting from the law of 13 January 2019 concerning the introduction of a register of beneficial owners (reg-istre des bénéficiaires effectifs).

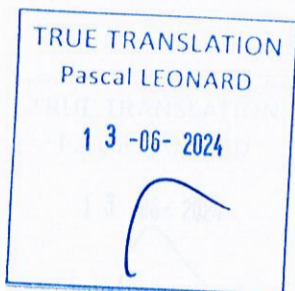
The appearing parties have expressly declared that the Company will proceed itself with the required formalities in accordance with the aforementioned law and do not mandate the notary to do so.

WHEREOF this deed is drawn up in Luxembourg, on the day stated above. After reading this deed aloud, the notary signs it with the authorised representative of the appearing parties.

SUIT LA TRADUCTION FRANCAISE DU TEXTE QUI PRECEDE :

L'an deux mille vingt-quatre, le douze juin.

Par-devant Maître Gilles MATHAY, notaire de résidence à Luxembourg (Grand-Duché



de Luxembourg).

A COMPARU :

- M. Darwin HENRIQUE DA SILVA FILHO, né le 22 mai 1991 à Recife, Brésil, domicilié Av. Boa Viagem 02554, Ed. Luiz Ignacio Apt 901, 51020-000 Recife, Brésil,

représentée par Madame Sophie BECKER, clerc de notaire, demeurant professionnellement à Luxembourg, en vertu d'une procuration donnée le 3 juin 2024.

Après signature *ne varietur* par le mandataire de la partie comparante et le notaire instrumentant, la procuration restera annexée au présent acte pour les formalités de l'enregistrement.

La partie comparante, représentée comme indiqué ci-dessus, a prié le notaire instrumentant d'acter de la façon suivante, les statuts d'une société anonyme qui est ainsi constituée :

I. DENOMINATION – SIEGE SOCIAL – OBJET – DUREE

Art.1. Dénomination

Le nom de la société est « **ALPHARISE INVESTMENTS SPF, S.A.** » (la **Société**) ». La Société est une société anonyme régie par les lois du Grand- Duché de Luxembourg, en particulier par la loi du 10 août 1915 sur les sociétés commerciales, telle que modifiée (la **Loi**), par la loi du 11 mai 2007 introduisant la société de gestion de patrimoine familial, telle que modifiée (la **Loi SPF**), ainsi que par les présents statuts (les **Statuts**).

Art.2. Siège social

2.1. Le siège social de la Société est établi à Luxembourg, Grand-Duché de Luxembourg. Il peut être transféré par une résolution du conseil d'administration (le **Conseil**) et le Conseil peut modifier les Statuts pour refléter ce changement.

2.2. Il peut être créé des succursales, filiales ou autres bureaux tant au Grand- Duché de Luxembourg qu'à l'étranger par décision du Conseil. Lorsque le Conseil estime que des développements ou événements extraordinaires d'ordre politique ou militaire se sont produits ou sont imminents, et que ces développements ou événements sont de nature à compromettre les activités normales de la Société à son siège social, ou la communication aisée entre le siège social et l'étranger, le siège social peut être transféré provisoirement à l'étranger, jusqu'à cessation complète de ces circonstances. Ces mesures provisoires n'ont aucun effet sur la nationalité de la Société qui, nonobstant le transfert provisoire de son siège social, reste une société luxembourgeoise.

Art.3. Objet social

3.1. Conformément à l'article 2 de la Loi SPF, la Société effectuera exclusivement des transactions en lien avec l'acquisition, la détention, la gestion et la cession d'actifs financiers tels que définis en vertu de la loi du 5 août 2005 relative aux contrats de garantie financière, telle que modifiée, et d'espèces et d'actifs de tout autre type

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

détenus en compte, et n'exercera aucune activité commerciale.

3.2. La Société pourra détenir des participations dans d'autres sociétés tant qu'elle ne sera pas elle-même impliquée dans la gestion de ces sociétés de portefeuille.

3.3. De manière générale et dans les limites de la Loi SPF, la Société peut prendre toutes mesures pour sauvegarder ses droits et effectuer toutes transactions directement ou indirectement liées à son objet ou qui favorisent son développement.

Art.4. Durée

4.1. La Société est constituée pour une durée indéterminée.

4.2. La Société ne sera pas dissoute en raison de la mort, de la suspension des droits civils, de l'incapacité, de l'insolvabilité, de la faillite ou de tout autre événement similaire affectant un ou plusieurs actionnaires.

II. CAPITAL – ACTIONS

Art.5. Capital

5.1. Le capital social est fixé à trente mille euros (EUR 30.000,-), représenté par trente mille (30.000) actions sous forme nominative, ayant une valeur nominale d'un euro (EUR 1,-) chacune.

5.2. Les actions de la Société ne seront souscrites que par un ou plusieurs investisseurs éligibles, tels que définis par la loi SPF.

5.3. Le capital social peut être augmenté ou réduit à une ou plusieurs reprises par une résolution de l'assemblée générale de la Société (**l'Assemblée Générale**), adoptée selon les modalités requises pour la modification des Statuts.

Art.6. Actions

6.1. Les actions sont indivisibles et la Société ne reconnaît qu'un (1) seul propriétaire par action. Les copropriétaires doivent nommer une seule personne qui les représente à l'égard de la Société. La Société a le droit de suspendre l'exercice de tous les droits afférents aux actions détenue en copropriété à l'exclusion du droit à l'information jusqu'à ce qu'une seule personne soit désignée comme étant propriétaire de l'action à l'égard de la Société.

6.2. Les actions sont et resteront sous forme nominative.

6.3. Un registre des actions est tenu au siège social et peut être consulté à la demande de chaque actionnaire.

6.4. Une cession d'action(s) s'opère par la mention dans le registre des actions d'une déclaration de transfert, valablement datée et signée :

- (i) par le cédant et le cessionnaire ou par leurs mandataires ; ou
- (i) par un quelconque mandataire de la Société,

suivant une notification à, ou une acceptation par la Société, conformément à l'article 1690 du Code Civil luxembourgeois.

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

6.5. Tout autre document établissant l'accord du cédant et du cessionnaire, dûment signé par les deux parties, peut également être accepté par la Société comme preuve du transfert d'actions.

6.6. La Société peut racheter ses propres actions dans les limites prévues par la Loi.

III. GESTION – REPRESENTATION

Art.7. Conseil d'administration

7.1. Composition du conseil d'administration

(i) La Société est gérée par le Conseil composé d'au moins trois (3) membres. Les administrateurs ne sont pas nécessairement actionnaires.

(ii) Lorsque la Société est constituée par un actionnaire unique ou que, à une assemblée générale des actionnaires, il est constaté que celle-ci n'a plus qu'un actionnaire unique, la composition du conseil d'administration peut être limitée à un (1) membre jusqu'à l'assemblée générale ordinaire suivant la constatation de l'existence de plus d'un actionnaire.

(ii) L'Assemblée Générale nomme les administrateurs et fixe leur nombre, leur rémunération ainsi que la durée de leur mandat. Les administrateurs ne peuvent pas être nommés pour plus de six (6) ans, mais sont rééligibles à la fin de leur mandat. L'Assemblée Générale peut décider de nommer un ou plusieurs administrateurs de classe A et un ou plusieurs administrateurs de classe B.

(iii) Les administrateurs sont révocables à tout moment, avec ou sans raison, par une décision de l'Assemblée Générale.

(iv) Lorsqu'une personne morale est nommée administrateur, celle-ci est tenue de désigner un représentant permanent qui représente ladite personne morale dans sa mission d'administrateur. Ce représentant permanent est soumis aux mêmes règles et encourt les mêmes responsabilités que s'il avait exercé ses fonctions en son nom et pour son propre compte, sans préjudice de la responsabilité solidaire de la personne morale qu'il représente.

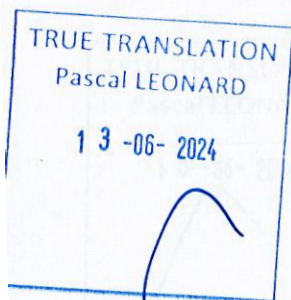
(v) Si le représentant permanent se trouve dans l'incapacité d'exercer sa mission, la personne morale doit immédiatement nommer un autre représentant permanent.

(vi) En cas de vacance d'un poste d'administrateur, les autres administrateurs, agissant à la majorité simple peuvent y pourvoir provisoirement jusqu'à la nomination d'un nouvel administrateur par la prochaine Assemblée Générale.

7.2. Pouvoirs du conseil d'administration

(i) Tous les pouvoirs non expressément réservés par la Loi ou les Statuts aux actionnaires sont de la compétence du Conseil, qui a tous les pouvoirs pour effectuer et approuver tous les actes et opérations conformes à l'objet social.

(ii) Le Conseil peut déléguer des pouvoirs spéciaux ou limités à un ou



plusieurs agents pour des tâches spécifiques.

(iii) Le Conseil peut déléguer la gestion journalière et le pouvoir de représenter la Société à cet égard, à un ou plusieurs administrateurs, directeurs, gérants ou autres agents, actionnaires ou non, agissant seuls ou conjointement. Si la gestion journalière est déléguée à un ou plusieurs administrateurs, le Conseil doit rendre compte à l'Assemblée Générale annuelle, de tous traitements, émoluments et/ou avantages quelconques, alloués à ce(s) administrateur(s) pendant l'exercice social en cause.

(iv) Le Conseil peut déléguer/transférer ses pouvoirs de gestion et le pouvoir de représenter la Société à cet égard à un comité de direction / un comité exécutif (le **Comité**) ou à directeur général, sauf ses pouvoirs portant sur la politique générale de la Société ou sur des actes réservés au Conseil en vertu d'autres dispositions de la Loi. Les membres du Comité ou le directeur général peut être membre du Conseil ou non. Le Conseil est en charge de surveiller le Comité ou le directeur général. Si un membre du Comité ou le directeur général est une personne morale, il est tenu de nommer un représentant permanent qui le représente dans sa fonction de membre du Comité ou de directeur général et qui est soumis à la même responsabilité que celle décrite à l'article 7.1.(iv).

7.3. Procédure

(i) Le Conseil peut élire en son sein un président nommé et peut désigner un secrétaire, qui n'a pas besoin d'être administrateur, et qui est responsable de la tenue des procès-verbaux de réunions du Conseil et de l'Assemblée Générale.

(ii) Le Conseil se réunit sur convocation du président, le cas échéant, ou de deux (2) administrateurs au lieu indiqué dans l'avis de convocation, qui en principe, est au Luxembourg.

(iii) Une convocation écrite de toute réunion du Conseil est donnée à tous les administrateurs au moins vingt-quatre (24) heures à l'avance, sauf en cas d'urgence, auquel cas la nature et les circonstances de cette urgence sont mentionnées dans la convocation.

(iv) Aucune convocation n'est requise si tous les membres du Conseil sont présents ou représentés et si chacun d'eux déclare avoir parfaite connaissance de l'ordre du jour de la réunion. Un administrateur peut également renoncer à la convocation à une réunion, que ce soit avant ou après ladite réunion. Des convocations écrites séparées ne sont pas exigées pour des réunions se tenant à des heures et dans des lieux fixés dans un calendrier préalablement adopté par le Conseil.

(v) Un administrateur peut donner une procuration à tout autre administrateur afin d'être représenté à toute réunion du Conseil.

(vi) Le Conseil ne peut délibérer et agir valablement que si la majorité de ses membres est présente ou représentée. Les décisions du Conseil sont valablement adoptées à la majorité des voix des administrateurs présents ou représentés, à condition que si l'Assemblée Générale a nommé un ou plusieurs administrateurs

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD
13-06-2024

de classe A et un ou plusieurs administrateurs de classe B, au moins un (1) administrateur de classe A et un (1) administrateur de classe B votent en faveur de la décision. La voix du président est prépondérante en cas de partage des voix, sauf si le Conseil se compose d'un ou de plusieurs administrateurs de classe A et d'un ou de plusieurs administrateurs de classe B. Les décisions du Conseil sont consignées dans des procès-verbaux signés par le président, par tous les administrateurs présents ou représentés à la réunion ou par le secrétaire (s'il en existe un).

(vii) Tout administrateur peut participer à toute réunion du Conseil par téléphone ou visioconférence ou par tout autre moyen de communication permettant à l'ensemble des personnes participant à la réunion de s'identifier, de s'entendre et de se parler. La participation par un de ces moyens équivaut à une participation en personne à une réunion valablement convoquée et tenue.

(viii) Des résolutions circulaires signées par tous les administrateurs sont valables et engagent la Société comme si elles avaient été adoptées lors d'une réunion du Conseil valablement convoquée et tenue et portent la date de la dernière signature. Elles sont réputées être prises au siège social.

(ix) Tout administrateur qui, directement ou indirectement, a un intérêt de nature patrimoniale opposé à une décision ou une décision/opération relevant du Conseil autre que dans le cadre normal des affaires qui s'oppose aux intérêts de la Société (**Intérêt Opposé**), est tenu d'en prévenir le Conseil et de faire mentionner cette déclaration au procès-verbal de la réunion. L'administrateur en cause ne peut pas prendre part aux délibérations concernant cette transaction. Un rapport spécial relatif à la transaction concernée est soumis aux actionnaires lors de la prochaine Assemblée Générale avant tout vote.

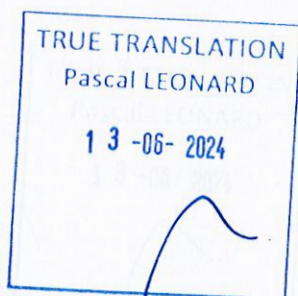
Lorsque, en raison d'un Intérêt Opposé, le nombre des membres du Conseil requis par les Statuts en vue de délibérer ou voter sur un certain point n'est pas atteint, le Conseil peut décider de déferer la décision sur ce point à l'assemblée générale des actionnaires.

(x) Les délégués à la gestion journalière et les membres du Comité ou le directeur général, le cas échéant, sont liés par les dispositions relatives à l'Intérêt Opposé applicables par analogie. Lorsque le directeur général ou, s'il n'y a qu'un seul délégué à la gestion journalière, le délégué à la gestion journalière est confronté à un Intérêt Opposé, la décision doit être prise par le Conseil.

(xi) Lorsque, en raison d'un Intérêt Opposé, le nombre des membres du Comité requis en vue de délibérer ou voter sur le point en question n'est pas atteint, le Comité peut décider de déferer la décision sur ce point au Conseil.

7.4. Représentation

La Société est engagée vis-à-vis des tiers, en toutes circonstances, par la signature de l'administrateur unique, ou les signatures conjointes de deux administrateurs dont celle d'un administrateur de classe A et d'un administrateur de classe B le cas échéant.



La Société est également engagée vis-à-vis des tiers par la signature conjointe ou unique de toutes personnes à qui des pouvoirs de signature spéciaux ont été délégués par le Conseil.

Art.8. Administrateur unique

8.1. Dans le cas où le nombre des actionnaires est réduit à un (1) :

- (i) la Société peut être gérée par un administrateur unique jusqu'à l'Assemblée Générale ordinaire suivant l'introduction d'un actionnaire supplémentaire; et
- (ii) toute référence dans les Statuts au Conseil, aux administrateurs, à quelques administrateurs ou à un quelconque administrateur doit être considérée, le cas échéant, comme une référence à cet administrateur unique,
- (iii) La Société est engagée vis-à-vis des tiers, en toutes circonstances, par la signature individuelle de l'administrateur unique.

8.2. Les transactions conclues par la Société qui entrent en conflit avec l'intérêt de son administrateur unique doivent être mentionnées dans des procès-verbaux. Ceci ne s'applique pas aux transactions effectuées dans le cadre normal des affaires et dans des conditions normales.

Art.9. Responsabilité des administrateurs

Les administrateurs ne contractent, à raison de leur fonction, aucune obligation personnelle concernant les engagements régulièrement pris par eux au nom de la Société, dans la mesure où ces engagements sont conformes aux Statuts et à la Loi.

IV. ACTIONNAIRES

Art.10. Assemblée générale des actionnaires

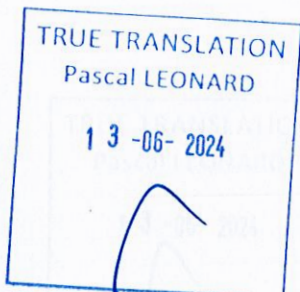
10.1. Pouvoirs et droits de vote

- (i) Les résolutions des actionnaires sont adoptées lors d'une Assemblée Générale. L'Assemblée Générale a les pouvoirs les plus étendus pour adopter et ratifier tous les actes et opérations conformes à l'objet social de la Société.
- (ii) Chaque action donne droit à un (1) vote à son détenteur.

10.2. Convocations, quorum, majorité et procédure de vote

- (i) Les actionnaires peuvent être convoqués aux Assemblées Générales à l'initiative du Conseil ou du/des commissaire(s). Les actionnaires doivent y être convoqués à la demande des actionnaires représentant au moins dix pour cent (10%) du capital social.
- (ii) Une convocation écrite à toute Assemblée Générale est donnée à tous les actionnaires par courrier recommandé ou tout autre moyen de communication individuellement accepté par leurs destinataires au moins huit

(8) jours avant la date de l'assemblée, sauf en cas d'urgence, auquel cas, la nature et les circonstances de cette urgence doivent être précisées dans la



convocation à ladite assemblée. Les membres du Conseil et les commissaires doivent être convoqués aux Assemblées Générales qu'ils n'auront pas eux-mêmes convoqués et sont dans tous les cas habilités à y participer.

(iii) Les Assemblées Générales se tiennent au lieu et heure précisés dans les convocations.

(iv) Si tous les actionnaires sont présents ou représentés et se considèrent comme ayant été valablement convoqués et informés de l'ordre du jour de l'assemblée, l'Assemblée Générale peut se tenir sans convocation préalable.

(v) Un actionnaire peut donner une procuration écrite à toute autre personne (qui n'est pas tenue d'être actionnaire) afin d'être représenté à toute Assemblée Générale.

(vi) Tout actionnaire peut participer à toute Assemblée Générale par téléphone ou visioconférence ou par tout autre moyen de communication permettant à l'ensemble des personnes participant à la réunion de s'identifier, de s'entendre et de se parler. La participation à la réunion par un de ces moyens équivaut à une participation en personne à une telle réunion. Un actionnaire ou son mandataire doit toutefois être physiquement présent à Luxembourg.

(vii) Tout actionnaire peut voter au moyen des formulaires de vote fournis par la Société à cet effet. Les formulaires de vote doivent indiquer la date, le lieu et l'ordre du jour de la réunion et le texte des résolutions proposées. Pour chaque résolution, le formulaire doit contenir trois cases permettant de voter pour ou contre cette résolution ou de s'abstenir. Les actionnaires doivent renvoyer les formulaires de vote au siège social de la Société. Pour le calcul du quorum, seuls les formulaires de vote reçus par la Société avant l'Assemblée Générale sont pris en compte. Les formulaires de vote qui n'indiquent ni une intention de vote ni une abstention sont nuls.

(viii) Le Conseil peut suspendre les droits de vote de tout actionnaire qui manque à ses obligations décrites dans les présents Statuts, son accord, ou son acte d'engagement.

(ix) La Société reconnaît tous arrangements de vote convenus dans une convention que les actionnaires et la Société peuvent conclure de temps à autre (s'il y en a une) dans la mesure où ces arrangements ne s'opposent pas aux dispositions de l'article 67 bis de la Loi.

(x) Un actionnaire peut décider à titre personnel de ne pas exercer, de manière temporaire ou permanente, tout ou partie de ses droits de vote par renonciation formelle à ses droits. L'actionnaire renonçant est lié par cette renonciation et la renonciation s'impose à l'égard de la Société dès notification à cette dernière.

(xi) Au cas où les droits de vote d'un ou de plusieurs actionnaires sont suspendus conformément à l'article 10.2 (viii) ou qu'un ou plusieurs actionnaires a/ont renoncé à l'exercice de son/leurs droit(s) de vote conformément à l'article 10.2(x) ces actionnaires peuvent assister à toute Assemblée Générale mais les actions qu'ils possèdent ne sont pas prises en compte pour déterminer les conditions de quorum et de majorité à

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024

respecter aux Assemblées Générales de la Société.

(xii) Les décisions de l'Assemblée Générale sont adoptées à la majorité simple des voix exprimées, quelle que soit la proportion du capital social représenté.

(xiii) Une Assemblée Générale extraordinaire ne peut modifier les Statuts que si la moitié au moins du capital social est représenté et que l'ordre du jour indique les modifications statutaires proposées ainsi que le texte de la modification envisagée de l'objet social de la Société ou de sa forme. Si ce quorum n'est pas atteint, une deuxième Assemblée Générale sera convoquée conformément aux formalités prévues à l'article 10.2 (ii). La seconde Assemblée Générale délibère valablement quelle que soit la proportion du capital représenté. Aux deux Assemblées Générales, les résolutions doivent être adoptées par au moins les deux tiers des voix exprimées.

(xiv) Lorsque les actions de la Société ne sont pas représentées que par des actions nominatives, les Assemblées Générales sont convoquées par convocations publiées au moins quinze (15) jours avant l'assemblée au Recueil Electronique des Sociétés et Associations (RESA) et dans un journal luxembourgeois. Ces convocations indiqueront la date et l'ordre du jour de l'Assemblée Générale. En cas de convocation à une deuxième Assemblée Générale qui doit voter sur une modification des Statuts parce que le quorum de présence à la première Assemblée Générale n'était pas atteint, la convocation indique la date et les résultats de l'Assemblée Générale précédente.

(xv) Toute augmentation de l'engagement d'un actionnaire dans la Société exige le consentement unanime des actionnaires et des obligataires (s'il y a lieu).

Art.11. Actionnaire unique

Lorsque le nombre des actionnaires est réduit à un (1) :

(i) l'actionnaire unique exerce tous les pouvoirs conférés par la Loi à l'Assemblée Générale ;

(ii) toute référence dans les Statuts aux actionnaires ou à l'Assemblée Générale doit être considérée, le cas échéant, comme une référence à cet actionnaire unique ; et

(iii) les résolutions de l'actionnaire unique sont consignées dans des procès-verbaux ou rédigées par écrit.

V. COMPTES ANNUELS – AFFECTATION DES BENEFICES – CONTRÔLE

Art.12. Exercice social et approbation des comptes annuels

12.1. L'exercice social commence le premier (1) janvier et se termine le trente-et-un (31) décembre de chaque année.

12.2. Chaque année, le Conseil doit dresser le bilan et le compte de profits et pertes ainsi qu'un inventaire indiquant la valeur des actifs et passifs de la Société, avec une annexe résumant les engagements de la Société ainsi que les dettes des directeurs, administrateur(s) et commissaire(s) envers la Société.

TRUE TRANSLATION

Pascal LEONARD

13-06-2024

12.3. Un mois avant l'Assemblée Générale annuelle, le Conseil remet les pièces, avec un rapport sur les opérations de la Société aux commissaires. Le(s) commissaire(s) prépare(nt) ensuite un rapport contenant ses (leurs) propositions.

12.4. L'Assemblée Générale annuelle se tient à l'adresse du siège social ou en tout autre lieu du Grand-Duché de Luxembourg, comme indiqué dans la convocation, dans les six (6) mois de la clôture de l'exercice social.

Art.13. Commissaires / Réviseurs d'entreprises

13.1. Les opérations de la Société sont contrôlées par un ou plusieurs commissaires.

13.2. Les opérations de la Société sont contrôlées par un ou plusieurs réviseurs d'entreprises agréés, quand la loi le requiert.

13.3. L'Assemblée Générale nomme les commissaires/réviseurs d'entreprises agréés et détermine leur nombre, leur rémunération, et la durée de leur mandat. Le mandat des commissaires ne peut pas dépasser six (6) ans mais peut être renouvelé.

Art.14. Affectation des bénéfices

14.1. Cinq pour cent (5 %) des bénéfices nets annuels de la Société sont affectés à la réserve requise par la Loi (la **Réserve Légale**). Cette affectation cesse d'être exigée quand la Réserve Légale atteint dix pour cent (10 %) du capital social.

14.2. L'Assemblée Générale décide de l'affectation du solde des bénéfices nets annuels. Elle peut allouer ce bénéfice au paiement d'un dividende, l'affecter à un compte de réserve ou le reporter en respectant les dispositions légales applicables.

14.3. Des dividendes intérimaires peuvent être distribués à tout moment, aux conditions suivantes :

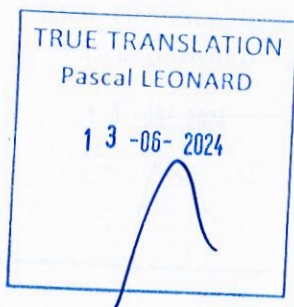
- (i) le Conseil établit des comptes intérimaires ;
- (ii) ces comptes intérimaires montrent que des bénéfices et autres réserves (en ce compris la prime d'émission) suffisants sont disponibles pour une distribution; étant entendu que le montant à distribuer ne peut pas dépasser le montant des bénéfices réalisés depuis la fin du dernier exercice social dont les comptes annuels ont été approuvés, le cas échéant, augmenté des bénéfices reportés et des réserves distribuables, et réduit par les pertes reportées et les sommes à affecter à la réserve légale ou statutaire ;

- (iii) le Conseil doit décider de distribuer des dividendes intérimaires dans les deux (2) mois suivant la date des comptes intérimaires ; et

- (iv) les commissaires ou les réviseurs d'entreprises agréés, selon le cas, doivent préparer un rapport au Conseil qui doit vérifier si les conditions prévues ci-dessous ont été remplies.

VI. DISSOLUTION – LIQUIDATION

15.1. La Société peut être dissoute à tout moment, par une résolution de l'Assemblée Générale, agissant selon les modalités requises pour la modification des Statuts.



L'Assemblée Générale nomme un ou plusieurs liquidateurs, qui n'ont pas besoin d'être actionnaires, pour réaliser la liquidation et détermine leur nombre, pouvoirs et rémunération. Si le ou un liquidateur est une personne morale, la personne physique la représentant doit également être désignée. Sauf décision contraire de l'Assemblée Générale, les liquidateurs sont investis des pouvoirs les plus étendus pour réaliser les actifs et payer les dettes de la Société. Les dispositions relatives à l'Intérêt Opposé fixées aux articles 7.3. (ix) et 8.2 s'appliquent au(x) liquidateur(s).

15.2. Le boni de liquidation résultant de la réalisation des actifs et du paiement des dettes, s'il y en a un, est distribué aux actionnaires proportionnellement aux actions détenues par chacun d'entre eux.

VII. DISPOSITIONS GENERALES

16.1. Les convocations et communications, ainsi que les renonciations à celles-ci, sont faites, et les résolutions circulaires sont établies par écrit, télécopie, e-mail ou tout autre moyen de communication électronique.

16.2. Les procurations sont données par tout moyen mentionné ci-dessus. Les procurations relatives aux réunions du Conseil peuvent également être données par un administrateur conformément aux conditions acceptées par le Conseil.

16.3. Les signatures peuvent être sous forme manuscrite ou électronique, à condition que les signatures électroniques remplissent l'ensemble des conditions légales requises pour pouvoir être assimilées à des signatures manuscrites. Les signatures des résolutions circulaires ou des résolutions adoptées par téléphone ou visioconférence peuvent être apposées sur un original ou sur plusieurs copies du même document, qui ensemble, constituent un seul et unique document.

16.4. Pour tous les points non expressément prévus par les Statuts, il est fait référence à la loi, la loi SPF et, sous réserve des dispositions légale d'ordre public, à tout accord présent ou futur conclu entre les actionnaires.

DISPOSITION TRANSITOIRE

Le premier exercice social commence à la date du présent acte et s'achève le trente-et-un (31) décembre 2024.

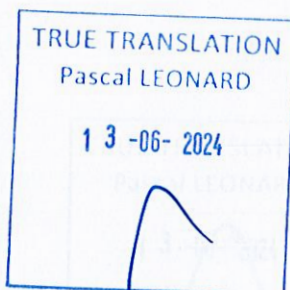
SOUSCRIPTION ET LIBERATION

Les trente mille (30.000) actions ont toutes été souscrites par l'actionnaire unique préqualifié.

Les actions ont toutes été intégralement libérées de sorte que le montant de trente mille euros (EUR 30.000,-) est à la libre disposition de la Société, comme il a été prouvé au notaire instrumentant par la production d'un certificat bancaire.

FRAIS

Les dépenses, coûts, honoraires et charges de toute sorte qui incombent à la Société du fait de sa constitution s'élèvent à un montant approximatif de mille deux cents Euros (EUR 1.200.-).



RESOLUTIONS DES ACTIONNAIRES

Immédiatement après la constitution de la Société, les actionnaires de la Société, représentant l'intégralité du capital social souscrit, ont adopté les résolutions suivantes:

1. La personne suivante est nommée en qualité d'administrateur unique de la Société pour une durée de six (6) ans :

- M. Pedro Alexandre SOBRAL FERREIRA PIMENTA DE MATOS, born on 5 January 1976, in Johannesburg (South Africa), residing at L-7597 Reckange, 11, Op der Delt.

2. ACCOUNTIS S.à r.l., ayant son siège social à 63-65, rue de Merl, L-2146 Luxembourg, inscrite au registre du commerce et des sociétés de Luxembourg sous le numéro B60219, est nommé comme réviseur d'entreprises agréés/commissaire aux comptes de la Société pour jusqu' à l'assemblée générale annuelle qui se tiendra en 2029.

3. Le siège social de la Société est établi au 63-65, rue de Merl, L-2146 Luxembourg.

DECLARATION

Le notaire soussigné, qui comprend et parle l'anglais, déclare qu'à la requête des parties comparantes, le présent acte est rédigé en anglais, suivi d'une traduction française et qu'en cas de divergences entre le texte anglais et le texte français, la version anglaise fait foi.

Avant la clôture des présentes, le notaire instrumentant a attiré l'attention de la partie constituante sur la nécessité d'obtenir des autorités compétentes les autorisations requises pour exercer les activités plus amplement décrites comme objet social à l'article deux des présents statuts, ce que la partie constituante déclare avoir compris et reconnaît expressément la portée de cette clause.

POUVOIRS

La/Le(s) comparant(e/s) donne(nt) pouvoir à tous clercs et employés de l'Etude du notaire soussigné, à l'effet de faire dresser et signer tous actes rectificatifs éventuels des présentes.

REGISTRE DES BENEFICIAIRES EFFECTIFS

Le notaire a rendu la/le(s) comparant(e/s) attentif(s)/attentive(s) à l'obligation de procéder aux diligences requises par la loi du 13 janvier 2019 instituant un Registre des bénéficiaires effectifs.

Sur ce, la/le(s) comparant(e/s) a/ont déclaré que la société se chargera elle-même de ces diligences en conformité avec l'article 4 phrase première de la loi susmentionnée et ne donne pas mandat au notaire de s'en charger.

Dont acte, fait et passé à Luxembourg, à la date qu'en tête des présentes. Après avoir lu le présent acte à voix haute, le notaire le signe avec le mandataire des parties comparantes.

TRUE TRANSLATION
Pascal LEONARD

13-06-2024